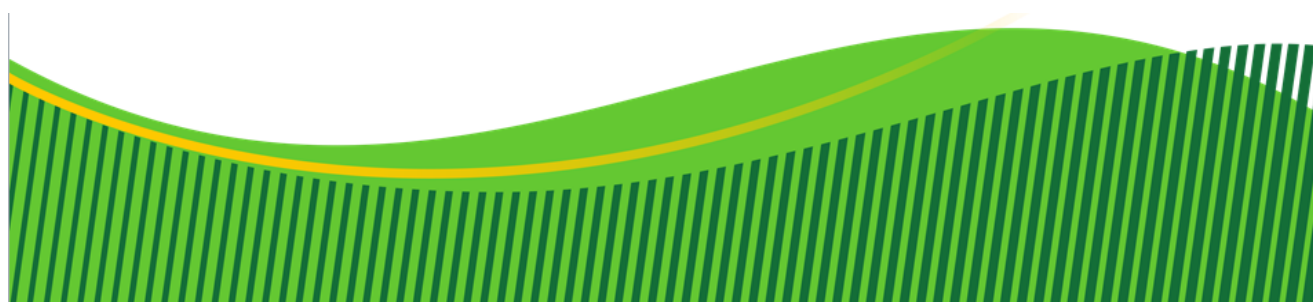


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
Santo Antônio da Platina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante


resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	427.188	376.915	CIRCULANTE	212.099	170.494
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.666	11.831	DEPÓSITOS (NOTA 11)	98.822	85.096
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	167.462	152.040	Depósitos à Vista	82.927	71.097
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	8	Depósitos a Prazo	15.895	13.999
Correspondentes no país	558	265	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	72.446	55.664
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	166.897	151.767	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	36	3
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	217.688	190.765	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	72.410	55.661
Operações de Crédito	228.050	202.105	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	827	886
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.362)	(11.340)	Recursos em Trânsito de Terceiros	827	886
OUTROS CRÉDITOS	23.928	18.844	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	3.516	2.560
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	1	1	Empréstimos País - Outras Instituições	3.516	2.560
Rendas a Receber	1.020	841	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.488	26.288
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.137	18.147	Cobrança e Arrecadação de Tributos	112	70
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(230)	(145)	Sociais e Estatutárias	1.681	1.199
OUTROS VALORES E BENS	4.444	3.435	Fiscais e Previdenciárias	992	782
Outros Valores e Bens	4.641	3.824	Diversas (NOTA 14)	33.703	24.237
(Provisão para desvalorização)	(331)	(459)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	134	70			
NÃO CIRCULANTE	105.290	61.558	NÃO CIRCULANTE	239.894	203.418
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.656	2.496	DEPÓSITOS (NOTA 11)	218.040	194.300
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.656	2.496	Depósitos a Prazo	218.040	194.300
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	71.565	36.824	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	17.122	4.386
Operações de Crédito	76.085	41.964	Repasse Interfinanceiros	17.122	4.386
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.520)	(5.140)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.732	4.732
OUTROS CRÉDITOS	922	38	Diversas	4.732	4.732
Diversos (NOTA 06 e 07)	929	38			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(7)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	8.001	7.492	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80.485	64.561
Outros Investimentos	8.001	7.492	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	37.072	31.035
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	16.663	10.437	De Domiciliados no País	37.082	31.038
Imóveis de Uso	571	-	(Capital a Realizar)	(10)	(3)
Outras Imobilizações de Uso	22.562	15.951	RESERVAS DE SOBRAS	40.651	32.071
(Depreciação acumulada)	(6.470)	(5.514)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.762	1.455
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.483	4.271			
Outros Ativos Intangíveis	10.240	7.937			
(Amortização acumulada)	(4.757)	(3.666)			
TOTAL DO ATIVO	532.478	438.473	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	532.478	438.473

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.617	-	36.617	72.254	-	72.254	68.484	-	68.484
Operações de Crédito	36.536	-	36.536	72.094	-	72.094	68.375	-	68.375
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	81	-	81	160	-	160	109	-	109
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.029)	(30)	(13.059)	(26.794)	(53)	(26.847)	(33.267)	(530)	(33.797)
Operações de Captação no Mercado	(6.437)	(30)	(6.467)	(12.290)	(53)	(12.343)	(16.688)	(40)	(16.728)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.699)	-	(2.699)	(5.182)	-	(5.182)	(4.531)	(490)	(5.021)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.893)	-	(3.893)	(9.322)	-	(9.322)	(12.048)	-	(12.048)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.588	(30)	23.558	45.460	(53)	45.407	35.217	(530)	34.687
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(19.309)	2.179	(17.130)	(36.416)	4.179	(32.237)	(28.559)	3.321	(25.238)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.119	6.692	8.811	3.981	12.301	16.282	3.451	9.906	13.357
Rendas de Tarifas Bancárias	3.447	-	3.447	6.766	-	6.766	5.729	-	5.729
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.190)	(1.689)	(15.879)	(26.378)	(3.001)	(29.379)	(21.811)	(2.382)	(24.193)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.473)	(1.777)	(11.250)	(18.903)	(3.199)	(22.102)	(16.762)	(2.556)	(19.318)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(20)	(602)	(622)	(36)	(880)	(916)	(52)	(746)	(798)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.557	275	6.832	13.383	314	13.697	16.158	128	16.286
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.749)	(720)	(8.469)	(15.229)	(1.356)	(16.585)	(15.272)	(1.029)	(16.301)
RESULTADO OPERACIONAL	4.279	2.149	6.428	9.044	4.126	13.170	6.658	2.791	9.449
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(39)	(153)	(192)	54	(154)	(100)	(162)	24	(138)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.240	1.996	6.236	9.098	3.972	13.070	6.496	2.815	9.311
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	45	45	-	(164)	(164)	-	(40)	(40)
Provisão para Imposto de Renda	-	35	35	-	(90)	(90)	-	(19)	(19)
Provisão para Contribuição Social	-	10	10	-	(74)	(74)	-	(21)	(21)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.240	2.041	6.281	9.098	3.808	12.906	6.496	2.775	9.271
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.808	(3.808)	-	2.775	(2.775)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.240	2.041	6.281	12.906	-	12.906	9.271	-	9.271
DESTINAÇÕES	-	-	-	(10.144)	-	(10.144)	(7.816)	-	(7.816)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.098)	-	(2.098)	(2.917)	-	(2.917)
Fates - Estatutário	-	-	-	(921)	-	(921)	(485)	-	(485)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.523)	-	(5.523)	(2.908)	-	(2.908)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.602)	-	(1.602)	(1.506)	-	(1.506)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.762	-	2.762	1.455	-	1.455

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	29.602	26.327	1.330	57.259
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	1.330	(1.330)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	1.486	-	-	1.486
Baixas de capital	(2.906)	-	-	(2.906)
Resultado do período	-	-	9.271	9.271
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(485)	(485)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.908	(2.908)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.853	-	(2.917)	(64)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.506	(1.506)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	31.035	32.071	1.455	64.561
Mutações do Período	1.433	5.744	125	7.302
Saldos no início do período em 01/01/2018	31.035	32.071	1.455	64.561
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	1.455	(1.455)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	6.864	-	-	6.864
Baixas de capital	(2.270)	-	-	(2.270)
Resultado do período	-	-	12.906	12.906
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(921)	(921)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.523	(5.523)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.443	-	(2.098)	(655)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.602	(1.602)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	37.072	40.651	2.762	80.485
Mutações do Período	6.037	8.580	1.307	15.924
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	34.760	33.526	6.625	74.911
Capital de associados				
Aumento de capital	2.178	-	-	2.178
Baixas de capital	(1.309)	-	-	(1.309)
Resultado do período	-	-	6.281	6.281
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(921)	(921)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.523	(5.523)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.443	-	(2.098)	(655)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.602	(1.602)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	37.072	40.651	2.762	80.485
Mutações do Período	2.312	7.125	(3.863)	5.574

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP
CNPJ/MF nº 79.063.574/0001-69

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.390	13.256	10.993
Resultado do semestre/exercício	6.281	12.906	9.271
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(891)	350	1.722
(Reversão) para operações de crédito	(1.444)	(1.599)	(468)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(127)	(128)	330
Provisão para desvalorização de outros créditos	34	93	35
Depreciação do imobilizado de uso	809	1.571	1.316
Amortização do intangível	583	1.092	987
Baixas do ativo permanente	168	172	97
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	58	64	(174)
Destinações ao FATES	(921)	(921)	(485)
Dividendos SicrediPar	(51)	6	84
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(9.263)	10.551	18.716
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(81)	(160)	(1.610)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.266	1	(1)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(206)	(293)	43
(Aumento) em operações de crédito	(56.514)	(60.066)	(30.831)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	20.841	29.518	9.800
(Aumento) em outros créditos	(3.281)	(6.067)	(3.673)
(Aumento) em outros valores e bens	(187)	(881)	(1.335)
Aumento em depósitos	12.415	37.466	39.232
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	160	(59)	487
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	115	955	(310)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(485)	(190)
Aumento em outras obrigações	12.209	10.622	7.104
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.873)	23.807	29.709
Aquisição de Investimentos	-	(509)	(318)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.630)	(7.969)	(2.341)
Aplicações no Intangível	(774)	(2.303)	(1.285)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.404)	(10.781)	(3.944)
Integralização de capital	2.178	6.864	1.486
Baixa de capital	(1.309)	(2.270)	(2.906)
Juros ao capital próprio	(655)	(655)	(64)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	214	3.939	(1.484)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(10.063)	16.965	24.281
Caixa e equivalente de caixa no início do período	190.626	163.598	139.317
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	180.563	180.563	163.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte do Paraná e Sul de São Paulo - Sicredi Norte Sul PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 03/06/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de Janeiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	13.666	11.831
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	166.897	151.767
Total	180.563	163.598

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.656	2.496
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.656	2.496
Total não circulante	2.656	2.496

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	145.869	44.324	190.193	168.535
Financiamentos	12.028	14.577	26.605	14.889
Financiamentos rurais e agroindustriais	70.153	17.184	87.337	60.645
Carteira total	228.050	76.085	304.135	244.069

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1	-	1	1
Devedores por compra de valores e bens	252	927	1.179	139
Títulos e créditos a receber (i)	18.254	2	18.256	13.839
Total	18.507	929	19.436	13.979

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	2	-	-	-
Nível A	0,50	132.757	120.995	664	605
Nível B	1,00	111.845	81.269	1.118	814
Nível C	3,00	51.889	27.808	1.557	834
Nível D	10,00	12.203	9.505	1.220	951
Nível E	30,00	4.027	4.386	1.208	1.316
Nível F	50,00	1.671	3.227	836	1.614
Nível G	70,00	2.203	1.224	1.542	857
Nível H	100,00	6.974	9.634	6.974	9.634
Total		323.571	258.048	15.119	16.625

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	Total da Carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.750	42.529	47.260	27.876	122.415	106.036
Rural	110	11.895	58.148	17.184	87.337	60.645
Industrial	85	4.269	11.833	3.196	19.383	18.727
Comércio	1.574	21.763	27.746	20.168	71.251	56.040
Outros Serviços	464	6.922	7.209	8.590	23.185	16.600
Total	6.983	87.378	152.196	77.014	323.571	258.048

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	33.258	10,28	31.845	12,34
50 devedores seguintes	49.320	15,24	38.192	14,80
100 devedores seguintes	47.587	14,71	36.206	14,03
Demais	193.406	59,77	151.805	58,83
Total	323.571	100	258.048	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	16.625	17.058
Constituição de provisão	9.322	12.048
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.828)	(12.481)
Saldo final	15.119	16.625

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.478 (2017 - R\$ 4.075), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.037 (2017 - R\$ 17.780).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	956	175
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	670	2.092
Devedores por compra de valores e bens	252	103
Devedores por depósitos em garantia	182	234
Impostos e contribuições a compensar	559	499
Títulos e créditos a receber	18.254	13.837
Cotas de consórcio	686	267
Operações com cartões	475	49
Pendências a regularizar	166	57
Outros	937	834
Total Circulante	23.137	18.147

Devedores por compra de valores e bens	927	36
Títulos e créditos a receber	2	2
Total não circulante	929	38

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	4.641	3.779
Imóveis	4.150	2.750
Veículos e afins	364	435
Máquinas e equipamentos	-	30
Bens em regime especial	127	564
Material em estoque	-	45
Despesas antecipadas	134	70
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(331)	(459)
Total Circulante	4.444	3.435

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 331 (2017 - R\$ 459) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.853	4.344
Sicredi Participações S.A.	3.147	3.147
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	8.001	7.492

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.013.054 ON	1.013.054 ON	1	1	4.853.237	4.343.932
	2.133.805 PN	2.133.805 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,36%	0,36%	0,62%	0,61%	2,14%	2,26%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	3.147	3.147	1	1	4.853	4.344

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.133	(6.470)	16.663	10.437
Imobilizações em curso	-	6.659	-	6.659	1.480
Terrenos	-	571	-	571	-
Instalações	10%	8.180	(2.680)	5.500	5.618
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.921	(1.690)	2.231	2.028
Sistema de comunicação	10%	244	(95)	149	132
Sistema de processamento de dados	20%	3.123	(1.740)	1.383	962
Sistema de segurança	10%	293	(187)	106	122
Sistema de transporte	20%	142	(78)	64	95
Intangível (i)		10.240	(4.757)	5.483	4.271
Investimentos Confederação		10.240	(4.757)	5.483	4.271
Total		33.373	(11.227)	22.146	14.708

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			2017	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	82.927	-	-	82.927	71.097
Depósitos a prazo	7.224	8.671	218.040	233.935	208.299
Total	90.151	8.671	218.040	316.862	279.396

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	72.410	55.661
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	72.410	55.661
Total circulante	72.410	55.661
Recursos do Crédito Rural	17.122	4.386
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	17.122	4.386
Total não circulante	17.122	4.386

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 07/08/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	3.516	2.560
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.516	2.560
Total circulante	3.516	2.560

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	3.914	2.193
Obrigações por convênios oficiais	3	1
Provisão para pagamentos a efetuar	6.646	5.069
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	451	387
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	102	18
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	223	284
Pendências a regularizar	836	192
Operações com cartões	18.643	13.747
Demais fornecedores	965	793
Credores diversos	1.920	1.553
Total circulante	33.703	24.237
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	4.732	4.732
Total não circulante	4.732	4.732

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	285	145	(132)	298
Cível	102	125	(74)	153
Total	387	270	(206)	451

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	298	285
Cível	Provável	153	102
Total		451	387

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 6; R\$ 40 (2017 - R\$ 0 e R\$ 56), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	37.072	31.035
Total de associados	42.830	38.742

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.037 (2017 – R\$ 1.433), sendo R\$ 1.443 (2017 – R\$ 2.853) via integralização de resultados e R\$ 6.864 (2017 – R\$ 1.486), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.270 (2017 – R\$ 2.906).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,29% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 2.098, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado apos a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.070	9.311
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.489)	(3.911)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	17	1
Provisão resgate de milhas cartão	61	37
Provisão PPR	(25)	97
Receita com atos cooperativos	3.821	2.728
Juros sobre capital próprio	881	1.226
Outros	570	(218)
Subtotal	5.325	3.871
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(164)	(40)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.656	2.496
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	166.897	151.767
Outros Créditos - Rendas a receber	846	673
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	666	2.151
Investimentos (Nota 09)	8.001	7.492
Intangível (Nota 10)	5.483	4.271
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	89.532	60.047
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.516	2.560
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	18.262	13.655
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	4.955	5.016
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	160	109
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.830	1.802
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	10.916	14.677
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.182	5.021
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.042	899
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.934	7.581

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	164	0,20%	51
Depósitos a prazo	1.910	0,82%	1.357
Operações de crédito	1.177	0,39%	1.072

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	4.891	4.145

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	627	544
Despesa de aluguéis	2.361	2.097
Despesa de comunicação	1.278	1.149
Despesa de manutenção e conservação	1.297	1.369
Despesa de material	454	310
Despesa processamento dados	552	417
Despesa de promoções e relações públicas	2.350	2.003
Despesa de propaganda e publicidade	210	98
Despesa de seguro	377	389
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.737	2.481
Despesa de serviços de terceiros	699	628
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.862	1.684
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.935	1.592
Despesa de serviços de transportes	1.513	1.226
Despesa de viagem	307	585
Despesa de depreciação	1.571	1.316
Outras despesas administrativas	1.972	1.430
Total	22.102	19.318

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	847	572
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.651	14.336
Reversão de provisões operacionais	1.383	1.046
Outras rendas operacionais	816	332
Total	13.697	16.286

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.279	3.769
Contribuições Cooperativistas	172	152
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	648	573
Contribuição Confederação Sicredi	5.502	4.922
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	848	697
Encargos da administração financeira	70	82
Repasse administradora de Cartões	312	553
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.092	987
Outras provisões operacionais	1.142	813
Outras despesas operacionais	4.520	3.753
Total	16.585	16.301

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	7.096	2.716
Total	7.096	2.716

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	77.975	64.579
Nível I (NI)	75.002	61.570
Capital principal - CP	75.002	61.570
Capital social	37.072	31.035
Reservas de capital	40.651	32.071
Lucros acumulados	2.762	1.455
Ajustes Prudenciais	(5.483)	(2.991)
Nível II (NII)	2.973	3.009
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.973	3.009
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	407.123	320.103
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.446	561
Margem de Capital (i)	33.781	30.407
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,15%	20,17%
Situação de Imobilização (Imob)	16.664	11.718
Índice de Imobilização (Imob / PR)	21,37%	18,15%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Antônio Carlos Daineze
Diretor Executivo
CPF: 328.906.999-00

Rui Loliola de Souza
Diretor de Operações
CPF: 882.753.459-87

Jarvis José da Silva
Contador
CRC: PR-38708/O
CPF: 490.344.809-68